

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	17

PARTE I

FUNDAMENTOS DA AÇÃO COLETIVA PASSIVA

CAPÍTULO I

INTERESSES	27
1. Pressupostos teóricos	27
2. Contraposição de interesses	31
3. Ação coletiva passiva como direito de ação	33

CAPÍTULO II

REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES	43
1. Natureza jurídica da legitimação coletiva	43
2. Representação de pessoas e representação de interesses	46
3. Dificuldades decorrentes da representação de pessoas	48
4. A representação adequada como fundamento do modelo de representação de interesses	50
5. Coisa julgada coletiva e a extensão <i>secundum eventum litis</i> e <i>in utilibus</i> de seus efeitos no modelo de representação de interesses	52
6. O tratamento da coisa julgada no Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos da UERJ/UNESA	57

CAPÍTULO III

REPRESENTAÇÃO ADEQUADA	65
1. Os argumentos da doutrina que nega ao juiz o poder de controlar a representatividade do legitimado	65
2. Crítica aos argumentos contrários ao controle judicial sobre a representação adequada	66
2.1. A coisa julgada coletiva inviabiliza a rediscussão de direitos difusos e coletivos	66
2.2. A previsão legal de uma legitimação ativa não gera presunção absoluta de representação adequada para os legitimados coletivos	70
2.3. Controle sobre a atuação do Ministério Público	73
3. Conteúdo jurídico da adequação de representação	74
4. Representatividade adequada nos Anteprojetos de Código de Processo Coletivo	78
5. Possibilidade de controle judicial sobre a adequada representação de <i>lege lata</i>	79
6. O novo papel do juiz perante os direitos metaindividuais	82

PARTE II
PERFIS DA AÇÃO COLETIVA PASSIVA

CAPÍTULO I

AÇÃO COLETIVA PASSIVA: UMA NECESSIDADE PRESENTE	93
1. Necessidade de sistematização	93
2. O falso problema da ausência de norma	99

CAPÍTULO II

AS BASES DA AÇÃO COLETIVA PASSIVA	103
1. Histórico	103
2. Princípios	110
2.1. Princípio do Acesso à Justiça	112
2.2. Princípio da Primazia da Tutela Coletiva	112
2.3. Princípio da Tutela Jurisdicional Coletiva Diferenciada	116
2.4. Princípio do Ativismo Judicial	117
2.5. Princípio da Adequada Representação	118
2.6. Princípio da Economia Processual	119
2.7. Princípio da Ampla Divulgação da Demanda	123
2.8. Princípio da Absoluta Instrumentalidade da Tutela Coletiva	124
2.9. Princípio da Interpretação Pragmática	125

CAPÍTULO III

UMA PROPOSTA DE <i>LEGE LATA</i>	127
1. Propositura da ação	127
1.1. O Ministério Público como réu	129
1.2. Demanda em face de coletividade representada por ente não-legitimado	130
2. Interrupção da Prescrição	132
3. Controle judicial da representação adequada	136
4. Provas e Coisa Julgada	139
4.1. Ação individual em face da classe	140
4.2. Ação coletiva em face da classe	145
5. Sentença	146
6. Rediscussão da causa já julgada	148

CONCLUSÃO	153
BIBLIOGRAFIA	159